

A preocupação com a condição da infância já se evidencia desde a década de 20 (Declaração de Genebra, 1924), na década de 50, decretou-se a Declaração dos Direitos da Infância e em 1989, com a assinatura da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, organizou-se novas políticas para o bom trato com as crianças. Entretanto, mesmo com um significativo progresso, crianças ainda estão expostas a situações de risco e podem ter sua infância comprometida. Tomados dessa preocupação, realizamos a pesquisa intitulada “*A Família, a Escola e os Direitos na Infância*”, (CNPq 307706/2006), a qual buscou dar voz às crianças a respeito de seus direitos. Foram participantes deste estudo 306 crianças com idades entre 10 a 12 anos. Aplicou-se um questionário contendo 14 dilemas a serem respondidos de forma dicotômica (sim/não), sendo que em oito destes as crianças foram convidadas a argumentar suas respostas. De modo geral, os resultados demonstraram que as crianças estão cientes de seus direitos, possuindo um claro posicionamento frente ao trabalho infantil, à privacidade, à inclusão e à liberdade de expressão. Idade e gênero apareceram também como fatores importantes na compreensão dos direitos da infância. A partir destas respostas e da carência apontada pelos educadores de trabalhos sistemáticos nesta temática, desenvolvemos um material didático-pedagógico que objetiva incrementar o processo de ensino-aprendizagem sobre as noções de cidadania a partir do exercício e da reflexão dos direitos da infância. Através de um roteiro são apresentados aos alunos 12 dilemas que descrevem e problematizam aspectos relativos às idéias centrais que alicerçam os direitos da infância. Este instrumento é um material versátil, que pode ser utilizado de forma interdisciplinar, atendendo as especificidades dos distintos contextos que compõem a realidade do Ensino Fundamental.